Ser Educacional S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 e relatório dos auditores independentes

Ser Educacional S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ser Educacional S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ser Educacional S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Reemissão das informações contábeis intermediárias e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Conforme descrito na Nota 2.3 às informações trimestrais, a administração promoveu a atualização e reemissão das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013 em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Emitimos nosso relatório de auditoria original em 22 de agosto de 2013 sobre as informações trimestrais emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.3, emitimos esse novo relatório revisão sobre essas informações trimestrais reemitidas. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/ O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31 de março de 2013	Controladora 31 de dezembro de 2012	Consolidado 31 de março de 2013	Consolidado 31 de dezembro de 2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.731	15.479	19.833	17.182
Contas a receber de clientes	7	39.933	26.236	77.501	47.454
Tributos a recuperar	8	1.434	3.107	3.079	4.425
Adiantamentos a fornecedores		1.872	1.457	2.883	1.945
Partes relacionadas	23	6.058	165		171
Outros ativos		1.404	1.365	2.891	2.878
		68.432	47.809	106.187	74.055
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	4.786	5.961	5.716	7.695
Outros ativos		352	276	1.384	441
Ativos de indenização		3.249		3.249	
Investimentos	9	162.357	118.430		
Intangível	10	4.068	3.440	60.289	30.046
Imobilizado	11	191.225	186.202	278.002	267.054
		366.037	314.309	348.640	305.236
Total do ativo		434.469	362.118	454.827	379.291

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 31 de março de 2013	Controladora 31 de dezembro de 2012	Consolidado 31 de março de 2013	Consolidado 31 de dezembro de 2012
Circulante					
Fornecedores	12	1.889	1.759	5.105	3.648
Compromissos a pagar	13	21.338	12.763	21.338	12.763
Empréstimos e financiamentos	14	40.918	37.897	42.163	38.854
Salários e encargos sociais	15	12.727	10.409	26.228	16.585
Tributos a recolher	8	2.819	2.363	5.075	3.835
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	486	981	2.013	2.016
Obrigações de arrendamento mercantil	16	1.013	981	1.173	1.120
Partes relacionadas	23	15.343	4.726		
Dividendos a pagar		6.573	6.573	6.573	6.573
Outros passivos		655	382	924	737
		103.761	78.834	110.592	86.131
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	39.297	41.503	40.550	42.542
Obrigações de arrendamento mercantil	16	46.481	46.747	54.673	54.981
Compromissos a pagar	13	11.535	1.396	11.535	1.396
Tributos a recolher	8			64	78
Provisão para contingências	24	463	463	4.481	965
		97.776	90.109	111.303	99.962
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social	17	70.971	70.971	70.971	70.971
Reserva de lucros		135.156	127.133	127.134	127.133
Lucros ou prejuízos acumulados		31.186		39.756	
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.381)	(4.929)	(4.929)	(4.929)
Total do patrimônio líquido		232.932	193.175	232.932	193.175
Participação dos não controladores					23
		232.932	193.175	232.932	193.198
Total do passivo e patrimônio líquido		434.469	362.118	454.827	379.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do resultado
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receita líquida	18	60.602	42.919	106.987	67.883
Custo	19	(17.676)	(13.310)	(35.518)	(22.083)
Lucro bruto		42.926	29.609	71.469	45.800
Despesas gerais e administrativas	20	(17.166)	(14.605)	(26.191)	(22.249)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(675)	(188)	(1.499)	(344)
Participação nos lucros de controladas	20	17.262	7.760		
Lucro operacional		42.347	22.576	43.779	23.207
Receita financeira	21	1.913	638	2.657	919
Despesas financeiras	21	(4.048)	(3.539)	(5.728)	(4.195)
Despesas financeiras, líquidas		(2.135)	(2.901)	(3.071)	(3.276)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		40.212	19.675	40.708	19.931
Imposto de renda e contribuição social	22	(8.478)	(4.277)	(14.670)	(6.283)
Incentivo fiscal - Prouni		8.023	4.143	13.696	5.913
Lucro líquido do período		39.757	19.541	39.734	19.561
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				39.757	19.541
Participação dos não controladores				(23)	20
				39.734	19.561
Média ponderada das ações no final do período (em milhares)				107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o período (expresso em R$ por ação)				0,37	0,18

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Atribuível aos acionistas da controladora										
					Reserva de lucros s :erva de lucros							
		Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2012		71.837	(866)	(7.120)	42.226	4.849	29.867	137		140.930	6	140.936
Lucro líquido do período	18								19.541	19.541	20	19.561
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17 b)				4.143				(4.143)			
Realização do ajuste do custo atruibuído ("*deemed cost* ")	17 e)			548					(548)			
Em 31 de março de 2012		71.837		(6.572)	46.369			137	14.850	160.471	26	160.497
Em 01 de janeiro de 2013		71.837	(866)	(4.929)	53.625	8.061	65.447			193.175	23	193.198
Lucro líquido do período	18								39.757	39.757	(23)	39.734
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17 b)				8.023				(8.023)			
Realização do ajuste do custo atruibuído ("*deemed cost* ")	17 e)			548					(548)			
Em 31 de março de 2013		71.837	(866)	(4.381)	61.648	8.061	65.447		31.186	232.932		232.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do fluxo de caixa
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		40.212	19.675	40.708	19.931
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	2.170	2.000	3.549	2.800
Provisão para contingências				267	
Resultado de equivalência patrimonial	9	(17.262)	(7.760)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	1.749	1.469	2.622	2.319
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	3.434	3.159	3.839	3.464
		30.303	18.543	50.985	28.514
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(14.277)	(5.925)	(30.042)	(14.222)
Tributos a recuperar		1.673	(278)	2.207	(429)
Adiantamentos a fornecedores		(415)	474	(856)	453
Outros ativos		(116)	(1.050)	(961)	(1.014)
Fornecedores		130	(485)	682	30
Salários e encargos sociais		2.318	1.638	7.510	3.038
Tributos a recolher		456	357	415	480
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(495)	134	(40)	176
Outros passivos		274	(1.304)	430	(469)
Caixa gerado nas operações		19.851	12.104	30.330	16.557
Juros pagos de empréstimos		(1.914)	(1.612)	(1.956)	(1.688)
Imposto de renda e contribuição social pago		(451)	(134)	(970)	(370)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.486	10.358	27.404	14.499
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamento para investimentos					
Adições ao Investimento	9	(7.567)	(2.306)		
Adições ao imobilizado	11	(9.693)	(11.559)	(12.954)	(12.918)
Adições ao intangível	10	(916)	(1.590)	(1.451)	(2.213)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição				(7.270)	(2.124)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(18.176)	(15.455)	(21.675)	(17.255)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14		33		169
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(1.554)	(685)	(2.831)	(1.054)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(234)	(206)	(255)	(232)
Partes relacionadas	23	4.730	1.753	8	(33)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		2.942	895	(3.078)	(1.150)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.252	(4.202)	2.651	(3.906)
Caixa e equivalentes a caixa		2.252	(4.202)	2.651	(3.906)
No início do período		15.479	11.986	17.182	12.744
No final do período		17.731	7.784	19.833	8.838

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas					
Receita de Serviços	18	70.932	51.171	124.254	80.219
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	20	(1.749)	(1.469)	(2.622)	(2.319)
Deduções da Receita	18	(10.330)	(8.252)	(17.267)	(12.336)
		58.853	**41.450**	**104.365**	**65.564**
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por PF e PJ	19 e 20	(3.504)	(2.530)	(4.567)	(4.291)
Energia elétrica, água e telefone	19 e 20	(1.434)	(1.163)	(2.895)	(874)
Publicidade e propaganda	20	(2.273)	(2.724)	(4.934)	(6.112)
Materiais de expediente	20	(759)	(646)	(960)	(833)
Outros		(1.928)	(985)	(3.208)	(1.516)
		(9.898)	**(8.048)**	**(16.564)**	**(13.626)**
Valor adicionado bruto		**48.955**	**33.402**	**87.801**	**51.938**
Depreciação e amortização	19 e 20	(2.170)	(2.000)	(3.549)	(2.791)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**46.785**	**31.402**	**84.252**	**49.147**
Receitas financeiras	21	1.913	638	2.657	919
Participação no lucro de controladas	9	17.262	7.760	0	0
Valor adicionado total a distribuir		**65.960**	**39.800**	**86.909**	**50.066**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	19 e 20	(18.516)	(14.572)	(35.450)	(22.636)
Impostos, Taxas e Contribuições		(765)	(273)	(1.328)	(623)
Tributos Federais		(455)	(134)	(974)	(370)
Tributos Municipais		(310)	(139)	(354)	(253)
Remuneração de capitais de terceiros		(6.922)	(5.414)	(10.397)	(7.246)
Despesas financeiras	21	(4.048)	(3.539)	(5.728)	(4.195)
Aluguéis	20	(2.874)	(1.875)	(4.669)	(3.051)
Lucro Líquido do Exercício		(39.757)	(19.541)	(39.734)	(19.561)
Valor adicionado distribuído		**(65.960)**	**(39.800)**	**(86.909)**	**(50.066)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de graduação, pós graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 31 de março de 2013, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possui dezesseis empresas constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne um Centro Universitário e dezesseis faculdades, distribuídas em onze Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, descritas na Nota 2 da referida demonstração, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente, as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

As alterações introduzidas por novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013 não resultaram em impactos materiais sobre as Informações Trimestrais de 31 de março de 2013, razão pela qual estas não foram tratadas como mudanças de políticas contábeis, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	99,99	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	99,99
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	99,99
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda. - CESP	99,99	*
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - CIESPI	0,01	*
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	*
Winglet Escola de Aviação Ltda	99,99	*

* Empresa adquirida em 2013.

2.3 Reapresentação das informações contábeis intermediárias

A administração efetuou a alteração e está reapresentando essas informações contábeis intermediárias para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 10, 16, 23, 26 e 28. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

A administração aprovou originalmente as informações contábeis intermediárias em 22 de agosto de 2013, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – "Demonstração intermediária" emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com a IAS 34 Informações Intermediárias conforme emitida pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB").

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, reapresentamos estas informações contábeis intermediárias conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas contábeis críticas utilizadas na preparação das presentes informações trimestrais são as mesmas descritas na Nota 3 das demonstrações financeiras completas da Companhia de 31 de dezembro de 2012.

3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 4.405 (R$ 12.076 em 31 de dezembro de 2012), por conta, principalmente, do reconhecimento de dívida do empréstimo de curto prazo no valor de R$ 25.000 contratado junto ao banco Santander para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a administração adotou medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através de aquisição de financiamento de longo prazo, em 2013, também junto ao banco Santander, no valor de R$ 50.000, com carência de 24 meses.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimenção da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de março de 2013				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	42.412	14.281	25.331	1.873
Arrendamento mercantil	6.967	5.226	20.901	76.835
Fornecedores	1.889			
Compromisso a pagar	21.338	11.535		
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	39.531	14.043	27.843	2.085
Arrendamento mercantil	6.967	6.967	20.901	76.835
Fornecedores	1.759			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de março de 2013				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	43.941	15.342	25.650	1.873
Arrendamento mercantil	8.286	6.216	24.861	91.320
Fornecedores	5.105			
Compromisso a pagar	21.338	11.535		
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	40.710	14.923	28.109	2.085
Arrendamento mercantil	8.287	8.287	24.861	91.320
Fornecedores	3.648			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**
Total de empréstimos e financiamentos bancários	82.713	81.396
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(19.833)	(17.182)
Dívida líquida	62.880	64.214
Total do patrimônio líquido	232.932	193.198
Total do capital	295.812	257.412
Índice de alavancagem financeira	21%	25%

4.3 Analise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 5 de março de 2013 (7,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Cenário Elevação do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
14.514		1.052	1.315	1.578
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Capital de Giro	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
(69.406)		(5.032)	(6.290)	(7.548)
Finame	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
(5.735)		(287)	(358)	(430)
Posição Líquida		(4.266)	(5.333)	(6.400)

		Cenário Queda do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
14.514		1.052	789	526
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Capital de Giro	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
(69.406)		(5.032)	(3.774)	(2.516)
Finame	TJLP	5,00%	3,75%	2,50%
(5.735)		(287)	(215)	(143)
Posição Líquida		(4.266)	(3.200)	(2.133)

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	3.356	2.922
Contas a receber de clientes	44.719	32.197
Partes relacionadas	6.058	165
	54.133	35.284
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	14.375	12.557
	14.375	12.557
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	80.215	79.400
Arrendamentos mercantis	47.494	47.728
Partes relacionadas	15.343	4.726
Fornecedores	1.889	1.759
Dividendos a pagar	6.573	6.573
Compromissos a pagar	32.873	14.159
	184.387	154.345

(b) Consolidado

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	5.319	4.619
Contas a receber de clientes	83.217	55.149
Partes relacionadas		171
	88.536	59.939
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	14.514	12.563
	14.514	12.563
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	82.713	81.396
Arrendamentos mercantis	55.846	56.101
Fornecedores	5.105	3.648
Dividendos a pagar	6.573	6.573
Compromissos a pagar	32.873	14.159
	183.110	161.877

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	5.319	4.619
Contas a receber de clientes	83.217	55.149
Partes relacionadas		171
	88.536	59.939
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	14.514	12.563
	14.514	12.563
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	82.713	81.396
Arrendamentos mercantis	55.846	56.101
Fornecedores	5.105	3.648
Dividendos a pagar	6.573	6.573
Compromissos a pagar	32.873	14.159
	183.110	161.877

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Numerários em caixa	105	39	752	189
Bancos - conta corrente	3.251	2.883	4.567	4.430
Apliacações financeiras	14.375	12.557	14.514	12.563
	17.731	15.479	19.833	17.182

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Mensalidades de alunos (a)	29.618	28.912	59.408	50.770
FIES a receber (c)	14.621	4.866	30.394	12.117
Acordos a receber (b)	16.657	13.601	25.325	20.615
Creditos educativos a receber (c)	10.514	10.024	14.875	13.882
Outros	2.001	1.737	1.499	3.426
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(28.692)	(26.943)	(48.284)	(45.661)
	44.719	32.197	83.217	55.149
(-) Circulante	(39.933)	(26.236)	(77.501)	(47.454)
Não circulante	4.786	5.961	5.716	7.695

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencidas até 30 dias	6.215	2.834	12.646	5.158
Vencidas de 31 a 60 dias	2.201	2.218	4.575	4.052
Vencidas de 61 a 90 dias	114	2.437	3.335	4.415
Vencidas de 91 a 179 dias	3.027	3.312	5.714	5.858
Vencidas há mais de 180 dias	19.303	19.121	35.741	33.601
Créditos a identificar	(1.242)	(1.010)	(2.603)	(2.314)
	29.618	28.912	59.408	50.770

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	4.713	2.056	7.250	3.378
Vencidas até 30 dias	1.180	850	1.930	1.377
Vencidas de 31 a 60 dias	818	741	1.383	1.205
Vencidas de 61 a 90 dias	430	751	700	1.232
Vencidas de 91 a 179 dias	1.170	1.598	1.946	2.525
Vencidas há mais de 180 dias	8.346	7.605	12.116	10.898
	16.657	13.601	25.325	20.615

(c) Créditos educativos a receber e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educred, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Créditos educativos a receber				
Fundaplub e Educred	10.514	10.024	14.572	13.882
Proeduc			303	
	10.514	10.024	14.875	13.882
(-) Circulante	(5.728)	(4.063)	(9.159)	(6.187)
Não circulante	4.786	5.961	5.716	7.695
FIES a receber				
FIES a receber	14.621	4.866	30.394	12.117
	14.621	4.866	30.394	12.117

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de rematrícula.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno com o FNDE de acordo com a modalidade do contrato celebrado. Foi constituída uma provisão de 2,25% (31 de dezembro de 2012 – 2,15%) das operações ocorridas do exercício, considerando as premissas de 15% (31 de dezembro de 2012 – 15%) do risco de crédito sobre 15% (31 de dezembro de 2012 – 15%) de inadimplência.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
No inicio do exercício	26.943	17.212	45.662	30.095
Baixa de créditos incobráveis				(1.332)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	1.749	9.731	2.622	16.898
No final do exercício	28.692	26.943	48.284	45.661

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencidas até 30 dias	7.493	3.807	14.748	6.773
Vencidas de 31 a 60 dias	3.066	3.061	6.044	5.462
Vencidas de 61 a 90 dias	637	3.289	4.206	5.845
Vencidas de 91 a 179 dias	4.487	5.124	8.692	8.877
Vencidas há mais de 180 dias				
	15.683	15.281	33.690	26.957

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidososa.

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Tributos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.401	2.287	2.788	2.980
Imposto sobre serviço - ISS			27	387
PIS e COFINS a compensar	20	20	46	54
INSS a recuperar	13	504	13	504
Outros		296	205	500
	1.434	3.107	3.079	4.425

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	1.387	985	2.456	1.567
PIS e COFINS	75	79	270	165
Imposto de renda retido na fonte	193	299	649	646
INSS	787	787	787	787
IPTU a recolher	229	80	380	143
Outros	148	133	597	605
	2.819	2.363	5.139	3.913
Circulante	(2.819)	(2.363)	(5.075)	(3.835)
Não circulante			64	78

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Investimentos em empresas controladas	162.357	118.430
	162.357	118.430

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**
No início do período/exercício	118.430	78.339
Aumento de capital		19.384
Distribuição de lucros de subsidiárias		(14.513)
Participação nos lucros de subsidiárias	17.262	31.853
Reversão da provisão para perdas		78
Aquisição de controladas	26.669	3.394
Outras variações no patrimônio das subsidiarias	(4)	(105)
No final do período/exercício	162.357	118.430

(a) Participação (Controladora)

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/03/2013	*Goodwill* 31/03/2013
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	113	3.127	112	3.127	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(9)	51	(9)	52	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	3.433	32.893	3.443	32.899	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	69	986	69	986	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	2.065	11.067	2.065	11.067	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	5.314	17.223	5.313	17.220	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	(171)	29	(158)	27	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	3.910	25.982	3.910	25.980	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	915	14.797	915	14.795	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	475	805	476	806	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	(958)	503	(958)	503	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	857	2.964	858	2.966	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	384	2.344	384	2.344	10.370
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	0.01	(47)	825			
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	842	7.891	842	7.891	7.170
Winglet Escola de Aviação Ltda	99,99					120
Total		17.192	121.487	17.262	120.663	41.694

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2012	*Goodwill* 31/12/2012
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	1.737	3.016	1.737	3.016	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	5	61	5	61	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	9.286	29.460	9.286	29.460	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	190	917	190	917	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	4.297	9.002	4.297	9.002	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	9.208	11.909	9.208	11.909	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.326	198	1.316	198	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	8.770	22.072	8.770	22.063	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(424)	13.882	(424)	13.872	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	1.160	330	1.159	330	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	(2.579)	1.462	(2.579)	1.462	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	(1.112)	2.106	(1.112)	2.106	959
Total		31.864	94.415	31.853	94.396	24.034

10 Intangível

(a) Controladora

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Total
Em 31 de dezembro 2012							
Saldo inicial	321	1.507	340	500	690		3.358
Aquisições		1.124	277	17		172	1.590
Amortização		(685)	(275)	(199)	(331)	(18)	(1.508)
Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440
Em 31 de dezembro 2012							
Custo	321	3.979	910	807	828	172	7.017
Amortização acumulada		(2.033)	(568)	(489)	(469)	(18)	(3.577)
Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440
Em 31 de março de 2013							
Saldo inicial	321	1.946	342	318	359	154	3.440
Aquisições	227	464	125	100			916
Amortização		(128)	(60)	(31)	(69)		(288)
Saldo contábil, líquido	548	2.282	407	387	290	154	4.068
Em 31 de março de 2013							
Custo	548	4.443	1.035	907	828	172	7.933
Amortização acumulada		(2.161)	(628)	(520)	(538)	(18)	(3.865)
Saldo contábil, líquido	548	2.282	407	387	290	154	4.068
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	*Goodwill*	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2012									
Saldo inicial	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Aquisições		1.195	829	17		172	2.890	1.728	6.831
Aquisições oriundas das combinações de negócios									
Baixas	(120)								(120)
Amortização		(729)	(550)	(199)	(331)	(18)			(1.827)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 31 de dezembro 2012									
Custo	329	4.368	2.136	807	828	172	24.034	1.728	34.402
Amortização acumulada		(2.333)	(1.047)	(489)	(469)	(18)			(4.356)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 31 de março de 2013									
Saldo inicial	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Aquisições	224	468	554	100			17.660	11.600	30.606
Aquisições oriundas das combinações de negócios		9							9
Amortização		(137)	(135)	(31)	(69)				(372)
Saldo contábil, líquido	553	2.375	1.508	387	290	154	41.694	13.328	60.289
Em 31 de março de 2013									
Custo	553	4.845	2.690	907	828	172	41.694	13.328	65.017
Amortização acumulada		(2.470)	(1.182)	(520)	(538)	(18)			(4.728)
Saldo contábil, líquido	553	2.375	1.508	387	290	154	41.694	13.328	60.289
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20			

(c) *Goodwill*

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
CETEBA	4.140	4.140
ABES	8.405	8.405
SECARGO	4.362	4.362
ADEA	5.125	5.125
SESPS	1.043	1.043
FAUNI	959	959
SIESPI	7.170	
CESP	10.370	
Winglet	120	
	41.694	24.034

(d) Intangíveis identificados

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos identificados em aquisições apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012	
	Licenças de operação (i)	Marcas (i)	Total	Licenças de operação (i)	Total
SESPS	467		467	467	467
FAUNI	1.261		1.261	1.261	1.261
CESPI	4.404	508	4.912		
SIESPI	5.996	692	6.688		
	12.128	1.200	13.328	1.728	1.728

(i) As licenças de operação e marcas adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(e) Perda (*impairment*) do ágio

O *goodwill* e intangíves identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	2012	2011
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2012, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas. Para 31 de março de 2013 a Companhia não realizou teste de recuperação, pois não foram encontrados indicadores de perda.

11 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Aquisições	2.500	25.404	2.556	166	124	688	1.852	43	33.333	18.475	51.808
Depreciação	(954)	(3.621)	(978)	(144)	(825)	(321)	(882)		(7.725)		(7.725)
Trasferências		13.062							13.062	(13.062)	
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	4.787	107.772	7.721	424	12.428	3.640	9.524	38.637	184.933	34.747	219.680
Depreciação acumulada	(1.385)	(20.151)	(2.507)	(314)	(2.914)	(1.215)	(4.992)		(33.478)		(33.478)
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 31 de março de 2013											
Saldo inicial	3.403	87.619	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.454	34.746	186.200
Aquisições	34	384	415			884	122	40	1.879	5.028	6.907
Depreciação	(207)	(909)	(236)	(20)	(207)	(76)	(227)		(1.882)		(1.882)
Saldo contábil, líquido	3.230	87.094	5.393	90	9.307	3.233	4.427	38.677	151.451	39.774	191.225
Em 31 de março de 2013											
Custo	4.822	108.155	8.136	424	12.428	4.524	9.646	38.677	186.812	39.774	226.586
Depreciação acumulada	(1.592)	(21.061)	(2.743)	(334)	(3.121)	(1.291)	(5.219)		(35.361)		(35.361)
Saldo contábil, líquido	3.230	87.094	5.393	90	9.307	3.233	4.427	38.677	151.451	39.774	191.225
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Aquisições	3.500	28.202	5.152	166	124	2.098	2.912	43	42.197	41.340	83.537
Trasferências		45.652							45.652	(45.652)	
Depreciação	(1.448)	(4.501)	(2.109)	(193)	(825)	(624)	(1.926)		(11.626)		(11.626)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	7.438	157.547	16.013	752	12.428	7.441	16.680	38.643	256.942	55.905	312.847
Depreciação acumulada	(2.376)	(23.899)	(4.963)	(560)	(2.914)	(2.349)	(8.732)		(45.793)		(45.793)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 31 de março de 2013											
Saldo inicial	5.060	133.646	11.052	192	9.514	5.092	7.948	38.443	210.947	55.907	266.854
Aquisições	46	779	1.106			1.136	301	240	3.608	7.489	11.097
Aquisições oriundas das combinações de negócios	81	1.195	669	112		524	647		3.228		3.228
Depreciação	(364)	(1.453)	(523)	(39)	(207)	(183)	(408)		(3.177)		(3.177)
Saldo contábil, líquido	4.823	134.167	12.304	265	9.307	6.569	8.488	38.683	214.606	63.396	278.002
Em 31 de março de 2013											
Custo	8.128	159.708	18.376	949	12.428	9.517	18.101	38.683	265.890	63.396	329.286
Depreciação acumulada	(3.305)	(25.541)	(6.072)	(684)	(3.121)	(2.948)	(9.613)		(51.284)		(51.284)
Saldo contábil, líquido	4.823	134.167	12.304	265	9.307	6.569	8.488	38.683	214.606	63.396	278.002
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2013	2012
Tipo	**Prazo do contrato**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(11.100)	33.891	34.428

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2013	2012
Tipo	**Prazo do contrato**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Edifícios	de 20 a 21 anos	53.796	(12.910)	40.886	41.532

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 março de 2013, a Controladora possuía R$ 11.912 alienados fiduciariamente (31 de dezembro de 2012 - R$ 14.548), e o consolidado possuía R$ 15.320 alienados fiduciariamente (31 de dezembro de 2012 - R$ 17.101).

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Fornecedores nacionais	1.841	1.711	4.935	3.540
Prestadores nacionais	48	48	170	108
	1.889	1.759	5.105	3.648

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	9.126	12.763	9.126	12.763
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	23.747	1.396	23.747	1.396
	32.873	14.159	32.873	14.159
(-) Circulante	(21.338)	(12.763)	(21.338)	(12.763)
Não circulante	11.535	1.396	11.535	1.396

(a) Referem-se ao contas a pagar de 49% dos valores das aquisições do imóvel da Sasderba (Associação Assistencial dos Servidores do DER-BA) em Salvador, do imóvel da Comercial Nortista em Aracaju, do imóvel da Diniz Engenharia em Recife e do Edifício Santo Albino em Recife.

(b) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R$ 871 e a título de caução no valor de R$ 325, montando o saldo de R$ 1.196 (2012 – R$ 1.96), cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos, da retenção a título de *Escrow Account* no valor de R$ 200 do Instrumento Contratual de Aquisição da Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe – SESPS. O saldo remanescente refere-se a compromisso a pagar decorrente da aquisição das Unidades do Piauí no montante de R$ 22.311, que será liberado durante um período de 2 anos.

14 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Encargos financeiros**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	69.248	67.919	69.406	67.923
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	5.735	5.979	5.735	5.979
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	5.232	5.502	7.572	7.494
		80.215	79.400	82.713	81.396
(-) Circulante		(40.918)	(37.897)	(42.163)	(38.854)
Não circulante		39.297	41.503	40.550	42.542

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de março de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
2014	9.905	12.832	10.645	13.614
2015	12.448	11.893	12.974	12.150
2016	11.507	11.175	11.528	11.175
2017	3.437	3.633	3.437	3.633
A partir de 2018	2.000	1.970	1.966	1.970
	39.297	41.503	40.550	42.542

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Salários a pagar	3.224	2.945	8.887	4.889
Provisão para férias e encargos	7.580	5.921	12.905	9.104
Encargos sociais	1.798	1.441	4.275	2.457
Outros	125	102	161	135
	12.727	10.409	26.228	16.585

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2013	5.226	(4.477)	749	981
2014	1.741	(1.477)	264	
Não circulante				
2014	5.226	(4.379)	847	1.113
2015	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2016	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2017	6.967	(5.342)	1.625	1.625
2018	6.967	(5.125)	1.842	1.842
2019 em diante	69.868	(30.396)	39.472	39.472
	109.929	(62.435)	47.494	47.728

Consolidado	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2013	6.216	(5.349)	867	1.120
2014	2.070	(1.764)	306	
Não circulante				
2014	6.216	(5.231)	985	1.292
2015	8.287	(6.819)	1.468	1.469
2016	8.287	(6.619)	1.668	1.668
2017	8.287	(6.391)	1.896	1.896
2018	8.287	(6.133)	2.154	2.154
2019 em diante	83.033	(36.531)	46.502	46.502
	130.683	(74.837)	55.846	56.101

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 30 de junho de 2013 o valor de R$ 82.877 (R$ 71.837 em 31 de dezembro de 2010).

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 23 de maio de 2013, a Companhia aumentou o capital social no valor de R$ 66.534, sem emissão de novas ações, mdeiante a capitalização da reserva de retenção de lucros.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia aumentou o capital social no valor de R$ 70.210, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Em 28 de junho de 2013 a empresa efetuou cisão do capital social no valor de R$ 125.704. Os detalhes da operação estão na nota 1 a).

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Para maiores detalhes, vide nota 29.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

			31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
	Ordinárias	Total	%	Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânyo Janguiê Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	107.515.296	107.515.296	100,00%	107.515.296

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos e movimentações dos trimestres findos em 31 de março referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade identificou bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo em seus saldos iniciais.

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	67.998	49.014	117.454	75.037
Mensalidade de pós graduação	1.950	1.034	2.714	1.310
Outras receitas	984	1.123	4.086	3.872
	70.932	51.171	124.254	80.219
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(7.283)	(2.201)	(5.210)	(3.515)
Descontos, bolsas e abatimentos	(3.047)	(6.051)	(12.057)	(8.821)
	(10.330)	(8.252)	(17.267)	(12.336)
	60.602	42.919	106.987	67.883

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Pessoal e encargos	11.794	8.977	25.232	15.101
Depreciação e amortização	873	470	1.532	864
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	587	663	1.015	1.986
Energia elétrica, água e telefone	1.434	1.163	2.895	874
Aluguéis	2.874	1.875	4.669	3.051
Outros	114	162	175	207
	17.676	13.310	35.518	22.083

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Pessoal e encargos sociais	6.722	5.595	10.218	7.535
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	2.917	1.867	3.552	2.305
Publicidade e propaganda	2.273	2.724	4.934	6.112
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	1.749	1.469	2.622	2.319
Depreciação e amortização	1.297	1.530	2.017	1.927
Materiais de expediente	759	646	960	833
Tributos	310	139	354	253
Outros	1.139	635	1.534	965
	17.166	14.605	26.191	22.249

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(1.914)	(1.610)	(1.954)	(1.688)
Juros de arrendamentos mercantis	(1.520)	(1.549)	(1.885)	(1.776)
Descontos concedidos	(416)	(217)	(1.555)	(475)
Outros	(198)	(163)	(334)	(256)
	(4.048)	(3.539)	(5.728)	(4.195)
Receitas financeiras				
Juros	1.586	447	2.273	712
Rendimentos de aplicações financeiras	281	133	281	133
Ajuste a valor presente	25	47	58	62
Descontos obtidos				
Outros	21	11	45	12
	1.913	638	2.657	919
Despesa financeira, líquida	(2.135)	(2.901)	(3.071)	(3.276)

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Real

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.212	19.675	40.143	18.951
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	13.672	6.690	13.649	6.443
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	107	116	156	137
Equivalência patrimonial	(5.869)	(2.739)		
Despesas não dedutíveis (a)	568	210	991	95
Compensação de prejuízo fiscal			(362)	(626)
	8.478	4.277	14.434	6.049
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(8.023)	(4.143)	(13.696)	(5.913)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	455	134	738	136
Alíquota efetiva - %	1,13%	0,68%	1,84%	0,72%

(a) Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do exercício, reduzindo as despesas dos referidos tributos

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receita bruta de vendas	2.170	2.152
Presunção 32% - Imposto de renda	694	689
Presunção 32% - Contribuição Social	694	689
Imposto de renda - Presumido	174	172
Contribuição Social- Presumido	62	62
Imposto de renda e contribuição social	236	234

(iii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	455	134	738	136
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			236	234
	455	134	974	370

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

	Controladora	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo		
Mútuo		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	14	5
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	1.807	
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	1.628	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	60	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	1.371	
Universo Professores Associados - FAUNI	310	
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	604	
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	264	
Instituto Maurício de Nassau		160
	6.058	165
Passivo		
Mútuo		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	2.377	256
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	2.407	51
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	3.360	643
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	430	484
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	3.000	2.975
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	311	311
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	2.112	6
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	93	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	815	
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	438	
	15.343	4.726

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Ativo		
Mútuo		
Instituto Maurício de Nassau		171
		171

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Remuneração total do pessoal-chave da administração	466	366	466	366

(c) Outras transações

	Controladora					
	31 de março de 2013			31 de março de 2012		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	4.736	2.874	45.133	2.717	875	45.981
Aluguéis - E Lucena S.A. (i)	215	215		195	195	
Construção de edificações (ii)				1.316		
Ações sociais (iii)	122			96		
Publicidade e propaganda (iv)	90			89		
	5.163	3.089	45.133	4.413	1.070	45.981

	Consolidado					
	31 de março de 2013			31 de março de 2012		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	4.736	2.874	45.133	2.717	875	45.981
Aluguéis - E Lucena S.A. (i)	215	215		195	195	
Construção de edificações (ii)				1.404		
Ações sociais (iii)	122			96		
Publicidade e propaganda (iv)	90			89		
	5.163	3.089	45.133	4.501	1.070	45.981

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

(ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

(iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.

(iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

(v) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 247 em 31 de março de 2013 (R$ 247 em 31 de dezembro de 2012). A administração mantém provisão no montante de R$ 675 para o Grupo (R$ 529 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R$ 93 (R$ 93 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R$ 730 (R$ 390 em 31 de dezembro de 2012), para os quais não há provisão constituída.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irresignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 300.

(i) 008895-89.2006.8.17.0001 – Ação para caracterizar os descontos das mensalidades dos cursos da FMN como afronta aos princípios do direito consumidor, pois esses descontos podem chegam a aproximadamente 24%, e, supostamente, estaria tentando afastar a aplicação da multa legal de 2% previsto para as multas moratórias, revelando suposta, lucratividade excessiva da sociedade e grande onerosidade para os alunos consumidores. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 30.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 216 em 31 de março de 2013 (R$ 216 em 31 de dezembro de 2012). A administração mantém provisão no montante de R$ 558 para o grupo (R$ 436 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R$ 59 (R$ 59 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R$ 130 (R$ 155 em 30 de dezembro de 2012), para os quais não há provisão constituída.

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das poucas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R$ 3.780 (R$ 3.780 em 31de dezembro de 2012).

A Companhia informa, que, as ações classificadas com risco de perda remota, na mesma data, somam o valor de R$ 7.880.

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0045068-73.2010.8.17.0001 - Ação ordinária contra o Município do Recife, objetivando a anulação de débito fiscal decorrente de processo administrativo Nº 07.39452.5.09, bem como a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária relativa ao recolhimento de ISS sobre valores não recebidos em função de desconto concedido a seus tomadores de serviço. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade conceder descontos escalonados para seus clientes (alunos) que pagarem a mensalidade antecipadamente, podendo pagar nos dias 5, 10, 20 e 30, onde o desconto diminui proporcionalmente com o passar dos dias. Neste caso o ISS é cobrado pela receita da empresa, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor inserido no boleto dos alunos, desconsiderando a receita auferida pela instituição quando da aplicação dos descontos, havendo a majoração da base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 7.710.

(ii) 0045139–92.2010.8.02.0001 - Ação cautelar preparatória visando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário alcançado pela suspensão nos termos da legislação através da impugnação em esfera administrativa, tendo a medida liminar deferida, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, estando pendente de julgamento. Em apertada síntese, a situação se refere ao fato da entidade educacional preencher todos os requisitos para o reconhecimento de sua imunidade tributária, dentre os quais não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, aplicando-os integralmente no país e na manutenção dos seus objetivos institucionais. Todavia, consoante afirma, vem sendo compelida pelo município de Maceió a recolher o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), inclusive com a lavratura dos autos de infração n.º 2007.000.21712 e 2007.000.21742, e que, não obstante o manejo dos recursos administrativos pertinentes, até o presente momento não obteve êxito. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 165.

(iii) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 305.

(iv) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 2.496.

(d) Contingências indenizatórias trabalhistas oriundas de combinação de negócios

Um passivo contingente indenizatório no valor de R$ 3.249 foi reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	39.757	19.541
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	107.515	107.515
Lucro básico por ação - R$	0,37	0,18

* Vide Nota 17 (a)

26 Combinação de Negócios

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	SESPS
Valor da aquisição	
Caixa	706
Compromissos a pagar	200
Contraprestação pela compra	906
Caixa e equivalentes de caixa	56
Clientes	63
Intangível	31
Licenças (intangível identificado)	467
Imobilizado	52
Fornecedores	(46)
Obrigações trabalhistas	(229)
Obrigações tributárias	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)
Outras contas a pagar	
Partes relacionadas	(463)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(137)
Ágio (Goodwill)	1.043
	906

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 433 e R$ 2.579, respectivamente.

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R$ 1.600, sendo pago à vista.

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	FAUNI
Valor da aquisição	
Caixa	1.600
Compromissos a pagar	
Contraprestação pela compra	1.600
Caixa e equivalentes de caixa	126
Clientes	511
Intangível	
Licenças (intangível identificado)	1.261
Imobilizado	
Fornecedores	(70)
Obrigações trabalhistas	(52)
Obrigações tributárias	(21)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	
Outras contas a pagar	(398)
Partes relacionadas	(716)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	641
Ágio (Goodwill)	959
	1.600

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 3.637 e R$ 1.112, respectivamente.

(iii) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda., os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Total
Contraprestação pela compra*	16.239	13.559	29.798
Ativos de indenização	(2.021)	(1.228)	(3.249)
Total da contraprestação	14.218	12.331	26.549
Caixa e equivalentes de caixa	255	97	352
Clientes	654	117	771
Tributos a recuperar	508	353	861
Outras contas a receber	80		80
Investimentos			
Intangível	10		10
Licenças (intangível identificado)	5.996	4.404	10.400
Marcas (intangível identificado)	692	508	1.200
Imobilizado	2.739	494	3.233
Fornecedores	(405)	(370)	(775)
Emprestimos e financiamentos		(848)	(848)
Provisão para contingências	(2.021)	(1.228)	(3.249)
Obrigações trabalhistas	(378)	(401)	(779)
Obrigações tributárias	(1.025)	(1.109)	(2.134)
Outras contas a pagar	(57)	(56)	(113)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	7.048	1.961	9.009
Goodwill	7.170	10.370	17.540
	14.218	12.331	26.549

Um passivo contingente no valor de R$ 3.249 foi reconhecido considerando a estimativa do valor justo baseado em informações dos consultores jurídicos da Companhia, referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda., para as quais não há uma data específica determinada para desembolsos futuros. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 31 de março de 2013. Considerando que, pelos termos do acordo o valor a ser indenizado refere-se ao valor de provável desembolso futuro relativo a referida ação, o valor contabilizado do ativo de indenização reflete o valor da referida ação e, portanto, não foi necessário a estimativa de faixas de valores prováveis para o referido ativo.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

iii) **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o *Relief-from-Royalty Method*, foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

A demonstração do resultado consolidada inclui, desde a data de aquisição, receitas e lucro líquido nos montantes de R$ 2.535 e R$ 384, respectivamente, gerados pelo Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESP. As parcelas correspondentes à receita e lucro líquido da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda-SESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. desde a data da aquisição são de R$ 4.335 e R$ 842.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iii) Winglet

Em 1 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R$ 120, sendo R$ 79 pagos à vista, e R$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

A Winglet Escola de Aviação Ltda. detém licenças na Agência Nacional de Aviação Civil utilizadas nos cursos de pilotagem de aviões.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Winglet Escola de Aviação Ltda., os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Winglet
Total da contraprestação	120
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Ágio (Goodwill)	120

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Não há reflexos na demonstração do resultado consolidada desde a data de aquisição e para o período de 3 meses caso esta combinação tivesse ocorrido no início de 2013.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R$ 28.000.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US$ 8.300.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R$ 978.245
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R$ 5.000.000

28 Eventos subsequentes

(i) Faculdade Decisão

Em 9 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na Cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, pelo valor de R$3.380, pagos da seguinte forma:

(i) R$140 pagos à vista.

(ii) R$3.240 pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R$90 a partir de agosto de 2013. Atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A Companhia está em processo de avaliação dos ativos e passivos líquidos adquiridos nesta combinação, consequentemente não dispõe de informações adicionais sobre a referida combinação que sejam passíveis de divulgação.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

(ii) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, da seguinte forma: 530 alunos 5 cursos

(i) O valor de aquisição foi de R$ 5.000

(ii) Retenção de R$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A Companhia está em processo de avaliação dos ativos e passivos líquidos adquiridos nesta combinação, consequentemente não dispõe de informações adicionais sobre a referida combinação que sejam passíveis de divulgação.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

(iii) Desdobramento das ações

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovada a fixação do capital autorizado da Companhia até o limite de 137.515.296 ações ordinárias sem valor nominal, ou seja, 30.000.000 novas ações ordinárias adicionais.

(iv) Cisão do capital social.

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	138.455
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	(7.839)
Acervo líquido cindido	125.704

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R$ 125.704.

* * *